

## O gênero dos/nos homens: linhas de uma proto-genealogia

Gender of/in men: strands of a proto-genealogy

*Benedito Medrado*<sup>1</sup>

*Jorge Lyra*<sup>1</sup>

Em 1998, quando publicamos o livro “Homens e masculinidades: outras palavras”<sup>1</sup>, já no texto introdutório tomamos o cuidado de chamar atenção para dois aspectos importantes naquele momento, hoje considerado seminal para os estudos sobre homens e masculinidades no Brasil.

O primeiro alerta é de que, ao tematizarmos homens e masculinidades, a partir da perspectiva de gênero, não estaríamos “inventando a roda”, mas, ao contrário, trilhando por caminhos já anunciados em outros momentos, por outros atores (e atrizes) sociais, seja nos campos da produção acadêmica ou da militância política, no Brasil e em outros países.

O segundo alerta enfatizava que o interesse pelo estudo das masculinidades tem origem particularmente na década de 1960, mais precisamente a partir da instituição do movimento feminista, que promoveu um exame crítico e a tomada de posição diante das dissimetrias sociais baseadas na diferenciação sexual, mas também os movimentos em defesa dos direitos sexuais (na época identificados como movimentos gay e lésbico) que tencionaram com a fixidez das identidades sexuais.

Esses dois alertas nos parecem ainda fundamentais para pensarmos as questões levantadas por Márcia Couto e Romeu Gomes para pensar a equidade de gênero no campo dos estudos e ações com/sobre homens, saúde e políticas públicas; discussão esta mobilizada pelo recente processo de institucionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), anunciada em 2005 e disponibilizada em agosto de 2008 e lançada em 2009 pelo Ministério da Saúde<sup>2,3</sup>.

Se quisermos traçar, ainda que superficialmente (dadas as limitações de um texto-debate), uma genealogia da Política de Atenção Integral à Saúde do Homem no Brasil, precisamos trilhar por pelo menos três linhas historicamente importantes, que forjam conceitos e tradições distintas sobre gênero.

O método genealógico proposto por Foucault, em 1996, visa a compreensão histórica das condições que possibilitaram o surgimento e a permanência, a partir de discontinuidades e rupturas, de determinadas práticas discursivas, que emergem como dispositivos de saber-poder, orientando e limitando práticas institucionais e pessoais.

Uma delas, muito bem descrita por Margareth Arilha<sup>4</sup>, em sua tese de doutorado “O masculino nas conferências e programas das Nações Unidas: para uma crítica do discurso de gênero”, tem como objeto de estudo os textos produzidos nos encontros de população e desenvolvimento e as Conferências Internacionais da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

### No gênero da ONU, os homens são instrumentais

Analisando textos produzidos em oito Conferências Mundiais sobre População e Mulher desde 1974, além de aproximadamente 50 documentos de diversos órgãos da ONU, Arilha<sup>4</sup> identifica que o reconhecimento da necessária inclusão dos homens no campo da sexualidade e saúde reprodutiva não é recente. Já no documento final da Conferência Internacional de População de Bucareste, de 1974, está bem claro, entre outras coisas que: “não se pode modificar a situação das mulheres sem promover mudanças na função do homem”; bem como dever-se-ia “realizar investigações sobre os papéis sociais do homem e da mulher e investigação biomédica sobre a fecundidade masculina”, “promover medidas e políticas destinadas a melhorar e proteger a saúde do homem, da mulher e da criança”; “estimular a educação para a vida familiar e para a paternidade responsável”.

Porém, como bem destaca Arilha<sup>4</sup>, os textos da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, e da 4ª Conferência Internacional da Mulher, realizada em Beijing, em 1995, apresentam de forma mais ampla a perspectiva da importância e necessidade da inclusão dos homens nas ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva, com explícito apelo ao conceito de gênero.

Contudo, Arilha<sup>4</sup> faz uma severa crítica à conformação de um conceito de gênero – e o correspondente investimento e reflexão sobre os homens no âmbito da saúde sexual e reprodutiva – que vinha sendo operado nos documentos da ONU, de modo radicalmente instrumental, isto é, “recorre-se aos homens apenas para melhorar as condições de saúde e de exercício de direitos das mulheres [...] as referências ao masculino que aparecem nos textos das conferências da ONU o fazem de

<sup>1,2</sup> Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. beneditomedrado@gmail.com.

maneira redutora e instrumental, vendo o homem como pai de família e colocando-o na perspectiva estrita de concorrer para o bem-estar feminino”.

Outra linha que pode compor essa rede de significações e materialidades que conformam as condições de possibilidades de surgimento da atual preocupação com a atenção integral aos homens na saúde, aparece traçada nas críticas de Carrara et al.<sup>5</sup>, no qual analisam as ações da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) no período que antecede o lançamento da PNAISH e sua atuação durante a implantação desta política, discutindo o modo como o discurso dos médicos urologistas (considerados especialistas) se articula e distancia do discurso militante dos movimentos sociais, tendo como objetivo a medicalização do corpo masculino.

#### **No gênero da ordem biomédica, os homens devem se “desempoderar”**

Fazendo um breve panorama da institucionalização da saúde pública, a partir da segunda metade do Século XIX, esses autores ressaltam os recorrentes processos de medicalização de populações específicas, a partir de dispositivos de poder inscritos na ordem biomédica e promotores da conformação/regulação de sujeitos e práticas consideradas indesejáveis. Segundo eles, na primeira metade do século XXI, uma configuração complexa de processos econômicos, políticos, culturais e tecnológicos contribuem para um progressivo interesse nos corpos masculinos.

Se Arilha<sup>4</sup>, anteriormente, alertava-nos para o uso instrumental dos homens na configuração das propostas de ação inscritas nos relatórios das Conferências das Nações Unidas, Carrara et al.<sup>5</sup> nos advertem para o que eles chamam de “desempoderamento” do sujeito ao qual a política de saúde do homem se dirige. Tal “desempoderamento” se baseia na ideia de uma masculinidade “insalubre” em si, “sendo os homens apresentados como vítimas de sua própria masculinidade, ou seja, das crenças e valores que constituiriam as ‘barreiras socioculturais’ que se antepõem à medicalização” e em movimento contrário ao das políticas construídas para as mulheres e as minorias. Em outras palavras, o objetivo principal da política parece ser o de “enfraquecer a resistência masculina à medicina de uma forma geral, ou seja, medicalizar os homens”.

#### **Na leitura feminista de gênero, os homens podem ser sujeitos**

Uma terceira linha que pode ser traçada neste esboço de genealogia é apresentado em um texto

nosso, publicado em 2008, na revista Estudos Feministas, intitulado “Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades”, tendo como base pressupostos e conceitos que se situam na interface entre a produção teórica de gênero e a militância político-acadêmica feminista<sup>6</sup>.

Neste texto, assumimos franco diálogo e filiação ao campo de produções contemporâneas que adotam “gênero” como categoria analítica e se baseiam em referenciais teóricos distintos, mas que têm em comum (e se autodefinem a partir de) uma perspectiva feminista crítica, ou seja, reconhecem a construção social que engendra e legitima o poder masculino.

O ponto de partida de nossas reflexões sobre homens e masculinidades, baseadas no marco conceitual apresentado naquele artigo, é que não existe uma única masculinidade e que tampouco é possível falar apenas nas formas binárias que supõem a ‘di-visão’ entre formas hegemônicas e subordinadas. Tais formas dicotômicas baseiam-se em posições de poder social dos homens, mas são assumidas de modo complexo por homens particulares, que também desenvolvem relações diversas com outras masculinidades, afinal, como advoga Joan Scott<sup>7</sup> “[...] os homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de suas sociedades ou de nossas categorias analíticas”.

Ressaltamos que reconhecer que a leitura sobre o sistema sexo/gênero não deve reificar a dicotomia natureza-cultura, mas buscar compreender os usos e efeitos que práticas sociais, inclusive as científicas, produzem a partir do exercício constante de oposição ou de busca de similitude entre os dois sexos. Apostamos, assim, na complexa teia que define as relações de gênero, que nos aponta mais para a diversidade do que para a diferença, como resposta à dicotomia e à desigualdade.

Neste sentido, consideramos necessário submeter o conceito de “gênero” a uma leitura feminista e vice-versa. Não se trata, portanto, de uma compreensão simplificada de “sexo como biologia” e “gênero como cultura”. Trata-se, de fato, de uma leitura crítica que aponte a diversidade, a polissemia e a possibilidade de mudança. Apostamos, portanto, na necessidade de abirmos espaço para novas construções teóricas que resgatem o caráter plural, polissêmico e crítico das leituras feministas.

Entre as versões domesticadas e domesticáveis de gênero que apenas fotografam a insuficiente compreensão de que tudo é construído socialmente, que, de algum modo, regula dissidências e diversidades e o feminismo que questiona, que transforma, preferimos a híbrida leitura que definimos

como “feminista de gênero” que ao mesmo tempo em que compreende se move, a partir do horizonte da mudança.

Ou seja, defendemos que o projeto feminista de transformação social que se inscreve na militância das mulheres e mais recente de alguns homens<sup>8</sup> e na produção acadêmica de alguns; que também mudanças culturais, institucionais e relacionais que envolvem “bio-homens” (aqueles/as que se identificam com o sexo que lhes foi designado ao nascer)<sup>9</sup>, compreendidos em suas experiências múltiplas e modos de ser particulares, inscritos em jogos de poder diversos e orientados por diferentes marcadores sociais, tais como raça, orientação sexual, idade entre outros.

Consideramos que o artigo de Márcia Thereza Couto e Romeu Gomes, de algum modo, tangencia as três linhas aqui traçadas e apresenta uma importante leitura crítica de gênero ao debate sobre homens, saúde e políticas públicas, a partir da qual é possível produzir outras inscrições.

## Referências

1. Arilha M, Unbehaum S, Medrado B, organizadores. *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS Editora 34; 1998.
2. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Política nacional de atenção integral à saúde do homem: princípios e diretrizes*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2009.
3. Medrado B, Lyra J, Valente MBB, Azevedo M, Noca NJMS. A construção de uma política nacional de atenção integral à saúde do homem. In: Trindade ZA, Menandro MCS, Nascimento CRR, organizadores. *Masculinidades e práticas de Saúde*. Vitória: GM Editora; 2011. p. 27-35.
4. Arilha M. *O masculino nas conferências e programas das Nações Unidas: para uma crítica do discurso de gênero* [tese]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 2005.
5. Carrara S, Russo J, Faro L. A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino. *Physis* 2009; 19(3):659-678.
6. Medrado B, Lyra J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Rev Estudos Feministas* 2008; 16(3):809-840.
7. Scott JW. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade* 1995; 20(2):71-99.
8. Azevedo M. *Homens feministas: a emergência de um sujeito político entre fronteiras contingentes* [dissertação]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; 2012.
9. Preciado B. *Testo Yonqui*. Madrid: Editora Espasa Calpe; 2008.